

O milagre de Milei: menos salários, mais aplausos



» GUILHERME FRIZZERA
Mestre em ciências em
integração da América Latina
pela USP, doutor em relações
internacionais pela UnB,
professor e coordenador do
curso de relações internacionais
na Uninter

A política econômica de Javier Milei, fundamentada no ultraliberalismo e apresentada sob o rótulo de austeridade, tornou-se o novo experimento de um modelo que há décadas flerta com a eficiência econômica em detrimento do custo social. Embora tenha abandonado a retórica da dolarização, Milei mantém a ênfase em cortes drásticos de gastos públicos e reformas econômicas amplamente elogiadas por mercados e instituições financeiras internacionais. No entanto, as contradições de sua estratégia começam a se impor, com manchetes ressaltando que, “surpreendentemente”, a economia argentina continua encolhendo mesmo após a implementação dessas medidas.

Enquanto a pobreza atinge 53% da população e o poder de compra dos salários caiu 10%, o ajuste fiscal é celebrado como sinal de responsabilidade. Clara Mattei, autora de *A ordem do capital*, argumenta que a austeridade é ideológica, não técnica, pois reforça hierarquias e justifica sacrifícios sociais em nome de um progresso ilusório. Em vez de corrigir desequilíbrios, a austeridade os aprofunda, precarizando serviços e agravando a pobreza, enquanto investidores ganham a curto prazo.

A história argentina oferece outro exemplo de como políticas de austeridade podem aprofundar crises. Durante o governo de De la Rúa, em 2001, os ajustes fiscais massivos, recomendados pelo FMI, culminaram em uma grave crise política e social, com tumultos, renúncia presidencial e aprofundamento da recessão. Essa memória recente torna ainda mais preocupante a insistência atual em medidas que desconsideram seus impactos sobre a maioria da população.

No Brasil, o pacote de cortes de gastos do governo Lula, apresentado pelo ministro Fernando Haddad, enfrenta um dilema semelhante. Embora se diferencie do radicalismo de Milei, as medidas também são avaliadas principalmente pelo impacto em índices fiscais e pela receptividade do mercado. Aqui, novamente, emerge a crítica de Mattei: políticas de austeridade, mesmo em versões mitigadas, continuam priorizando objetivos econômicos abstratos sobre as necessidades concretas da população.

O debate brasileiro reflete a dualidade entre responsabilidade fiscal e políticas sociais. No discurso oficial, o governo tenta equilibrar a busca por credibilidade perante o mercado com compromissos históricos de combate à pobreza e redução das desigualdades. Porém, o desafio persiste: até que ponto é possível harmonizar essas duas agendas sem reproduzir os mesmos erros já observados em outros contextos? A história sugere que, quando colocados em confronto, os interesses dos mercados tendem a prevalecer sobre os das maiorias. Aplausos!

O uso da palavra “surpreende” nas análises financeiras sobre o encolhimento argentino

revela a miopia dessa abordagem. Não há surpresa quando economias encolhem sob austeridade. O verdadeiro “surpreendente” está em ignorar que custos humanos são consequências inevitáveis, não externalidades. Essa dissonância entre a retórica e os resultados concretos exemplifica o caráter ideológico da austeridade, apontado por Mattei: ao posicionar os cortes de gastos como solução inevitável, naturaliza-se o sofrimento como parte do progresso, pavimentando o caminho para o fascismo.

A defesa da austeridade costuma se ancorar na noção de eficiência. Governos são comparados a famílias ou empresas, que não podem gastar mais do que arrecadam. No entanto, essa analogia simplista ignora as particularidades do papel estatal. Enquanto famílias ajustam seus gastos para sobreviver, governos têm a responsabilidade de garantir bem-estar e fomentar desenvolvimento. Assim, cortar investimentos em áreas essenciais pode gerar economias imediatas, mas compromete a capacidade de crescimento sustentável a longo prazo.

Ao pedir sacrifícios em nome de ajustes fiscais, a austeridade reafirma-se como o “caminho da servidão”, parafraseando Hayek. Contudo, esse novo caminho não é imposto por Estados controladores, mas por mercados que deliberadamente ignoram os custos humanos em sua busca incessante por eficiência econômica. Assim, perpetua-se um ciclo em que austeridade não resgata economias, mas aprisiona sociedades em um labirinto de desigualdades.

A experiência de Milei na Argentina, junto a outros exemplos históricos, deveria servir de alerta. Ajustes fiscais que ignoram os mais vulneráveis não são apenas insustentáveis, mas moralmente questionáveis.

Mão de obra na cadeia produtiva de hortaliças: custo alto e escassez



» WARLEY MARCOS NASCIMENTO
Chefe-geral da Embrapa Hortaliças e
presidente da Associação Brasileira de
Horticultura (ABH)

A disponibilidade de mão de obra é sempre um grande desafio em qualquer atividade, mas, nas agrícolas, o desafio é ainda maior. No caso do agronegócio de hortaliças, é crucial. Esse setor gera um grande número de empregos, sobretudo no setor primário, devido à elevada demanda de mão de obra nas diversas etapas da produção, incluindo a semeadura, tratamentos culturais, colheita, beneficiamento e comercialização. Considerando uma área de produção de hortaliças no Brasil de 900 mil hectares e uma utilização de três a quatro empregos diretos por hectare, pode-se estimar uma geração de empregos na ordem de 2,7 a 3,6 milhões.

A mão de obra tem representação significativa no custo de produção das principais culturas olerícolas, variando entre 17% e 52% do total. Por exemplo, na cultura do alho, o custo de produção na principal região produtora do país, em São Gotardo (MG), ultrapassou R\$ 200 mil por hectare em 2023. Desse total, 30%, ou seja, R\$ 60 mil, corresponderam à mão de obra. Além disso, o custo é crescente. Os salários no campo são, tradicionalmente, vinculados ao salário mínimo e, nos últimos 10 anos, esse valor aumentou mais de 100%. Nesse cenário, o aumento do salário mínimo traz um grande impacto na rentabilidade do produtor rural, especialmente em um setor altamente dependente da mão de obra.

Vale salientar que o índice de mecanização em grande parte do setor olerícola ainda é baixo. Existe uma carência de máquinas e equipamentos específicos para as diferentes atividades nas diversas cadeias produtivas, somada a menor capacidade de investimento dos produtores para a aquisição dessas máquinas, o que faz com que o setor, mais uma vez, se torne altamente dependente de mão de obra, especialmente para o setor da agricultura familiar. Mesmo no segmento empresarial, com médios e grandes produtores (com um emprego mais intenso de máquinas e equipamentos agrícolas) e ou naquelas cadeias produtivas de hortaliças mais tecnificadas, como alho, batata, beterraba, cebola e cenoura, dependendo da região e da época de produção, algumas atividades agrícolas ainda necessitam de um grande contingente de trabalhadores rurais.

Se não bastassem a reduzida automação e o aumento do custo de mão de obra, a disponibilidade de trabalhadores rurais vem diminuindo com o passar dos anos frente ao crescimento da economia, bem como do processo de urbanização mais intenso. Essa escassez é observada, sobretudo, em relação à mão de obra mais qualificada. No setor olerícola, a mão de obra tem se tornado cara e escassa. As oportunidades de trabalho nos centros urbanos têm acirrado a concorrência pelos trabalhadores, que, em geral, sentem-se mais atraídos pelas condições oferecidas nas cidades. No caso dos extratos mais jovens da população, essa atração é ainda maior.

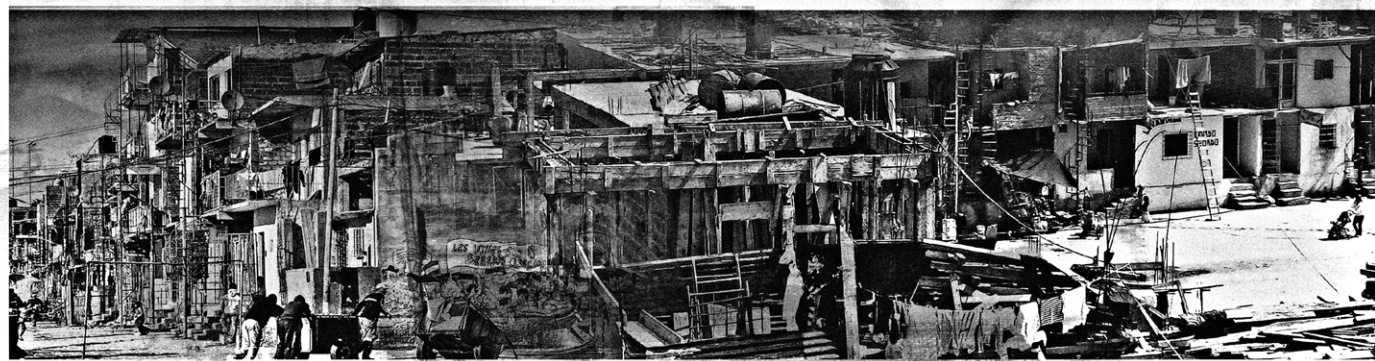
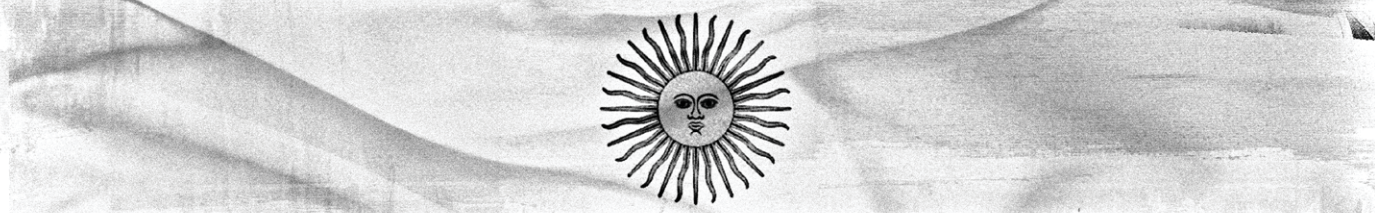
Produtores e/ou grupos empresariais envolvidos na produção de hortaliças têm relatado dificuldades para contratar ou para reter trabalhadores rurais. Com o mercado de trabalho aquecido e o desemprego nas mínimas históricas, está cada vez mais difícil encontrar mão de obra qualificada. Essa escassez, inclusive, se torna um entrave ao crescimento e à expansão da produção. E, claro, em algumas situações, os produtores contratam por um valor mais alto, com consequência no preço das hortaliças ao consumidor final.

Face a esses problemas, algumas empresas rurais têm buscado formas de incentivo para os trabalhadores rurais, motivando a sua permanência no campo — seja investindo na qualidade de vida, em boas instalações (incluindo internet), alimentação, assistência médica e treinamentos. No entanto, essas excelentes iniciativas também mobilizam recursos e elevam os custos de produção.

Outra característica do agronegócio de hortaliças é a utilização da mão de obra familiar. Os agricultores familiares, em números, são a maioria daqueles que cultivam hortaliças, principalmente as folhosas. Os estabelecimentos rurais da agricultura familiar, às vezes, empregam trabalhadores adicionais ou temporários para auxiliar na produção. Dessa forma, a agricultura familiar também tem sido afetada pela escassez de mão de obra. “Aos poucos, a gente vai largando a roça e indo morar na cidade” — essa tem sido uma frase constantemente ouvida nas minhas andanças por este país rural.

Frente a essa situação, o cenário é que os gastos com mão de obra vão continuar elevados, e a oferta de trabalhadores rurais continuará escassa, o que pode representar um sério problema para o setor nos próximos anos. Além disso, a alteração da legislação trabalhista é uma demanda que dificilmente será atendida no curto prazo, já que está ligada a uma revisão da lei vigente no país. No entanto, precarizar as condições do trabalho rural não será nunca uma solução socialmente adequada. Nesse cenário, se faz necessário buscar soluções criativas e economicamente viáveis.

Uma das possíveis estratégias tecnológicas para lidar com esse problema envolve maior automação de algumas práticas agrícolas. Assim, a possibilidade de mecanização das culturas pode trazer boas perspectivas para esse setor. Também a gestão eficiente da mão de obra, tanto com o intuito de melhorar a sua produtividade quanto de reduzir seu custo, é, sem dúvida, um dos principais desafios do setor olerícola para buscar a sua sustentabilidade econômica.



Combate ao contrabando no Brasil: estratégias em evolução



» SERGIO MORI
Delegado da Polícia Federal,
chefe da Divisão de Repressão a
Crimes Fazendários da PF

Ao longo das últimas duas décadas, o contrabando no Brasil passou por transformações significativas. A experiência acumulada no enfrentamento do crime revelou uma mudança tanto nos produtos mais visados quanto nas estratégias utilizadas pelos criminosos.

Para um combate mais eficaz ao contrabando, é essencial reduzir os proveitos econômicos dos infratores. É o princípio da “descapitalização”, que consiste em enfraquecer financeiramente organizações criminosas, dificultando suas operações. A apreensão de produtos ilícitos, como cigarros contrabandeados, bem como ativos adquiridos a partir dessa atividade delituosa, atinge em cheio o financiamento dos grupos criminosos, reduzindo sua capacidade de aportar recursos em outras atividades ilegais. Assim, a descapitalização se torna uma ferramenta poderosa para desarticular redes criminosas e enfraquecer a influência que exercem sobre o mercado ilegal.

Os cigarros ilícitos continuam sendo um dos maiores desafios no combate ao contrabando. Além da grande demanda do mercado, eles são impulsionados por organizações criminosas que encontram nessas atividades uma fonte constante de recursos. Tradicionalmente, os

contrabandistas buscam no Paraguai os cigarros que vendem no mercado brasileiro. O país vizinho possui uma indústria tabagista vigorosa que tem os consumidores brasileiros como grande mercado.

Nos últimos anos, a intensificação da fiscalização por parte da Polícia Federal (PF) e de outros órgãos públicos gerou resultados significativos, comprovados pelo aumento de apreensões em rotas tradicionais, tanto rodoviárias quanto fluviais. No entanto, os criminosos têm diversificado suas estratégias, explorando novas rotas de entrada no Brasil. Entre elas, destaca-se a via marítima, que tem se tornado cada vez mais relevante para o transporte de cigarros ilegais. Essa rota atende, especialmente, às regiões Norte e Nordeste do país, onde a fiscalização enfrenta desafios logísticos.

Além das rotas de contrabando, a fabricação clandestina de cigarros dentro do Brasil tem crescido de forma preocupante. Seja por meio de indústrias autorizadas, que produzem de forma irregular sem o devido recolhimento de tributos (chamadas devedoras contumazes), seja por meio de fábricas clandestinas, que operam de forma totalmente ilegal e muitas vezes imitam as marcas paraguaias, numa tentativa de abocanhar o espaço conquistado pelos contrabandistas.

Desde que esse fenômeno foi identificado no final da primeira década deste século, o número de fábricas fechadas multiplicou-se. Entre os anos de 2007 e 2024, operações das polícias Federal, Civil ou Militar, com apoio da Receita Federal e Receitas Estaduais, fecharam mais de 30 fábricas ilegais. Sete delas apenas neste ano. O problema representa um grande

prejuízo para o Brasil. Além do evidente impacto na arrecadação de tributos, há um rastro de delitos colaterais, como a exploração de mão de obra em condição análoga à escravidão, formação de organizações criminosas, ameaça contra concorrentes, lavagem de dinheiro etc.

Outro ponto importante a ser destacado é que, muitas vezes, o contrabando não é visto como uma ameaça à sociedade. No entanto, essa percepção ignora a ligação direta entre o comércio ilegal e a atuação de grupos criminosos violentos que dominam territórios e não hesitam em explorar outras atividades delituosas.

Além disso, observa-se uma diversificação nos produtos contrabandeados. A crescente demanda por cigarros eletrônicos, especialmente entre jovens, evidencia como o mercado ilegal se adapta rapidamente às novas tendências de consumo. Proibidos no Brasil, esses produtos são altamente lucrativos e fáceis de transportar, oferecendo novas oportunidades para os contrabandistas.

Em síntese, é preciso enfrentar o contrabando de forma multifatorial, com investimento em fiscalização, aplicação de medidas que tornem o crime menos atrativo financeiramente ao mesmo tempo em que reduzam a demanda pelas mercadorias ilícitas. A colaboração entre governo, os órgãos de segurança pública e a sociedade é o caminho mais eficaz para proteger o consumidor brasileiro e enfraquecer as estruturas do crime organizado. Sem medidas integradas, o contrabando continuará evoluindo, explorando as vulnerabilidades do sistema e comprometendo a arrecadação e, principalmente, a segurança dos brasileiros.